

CURRÍCULO VIVO OU CURRÍCULO VIGIADO? A BNCC ENTRE A RETÓRICA DA CRIATIVIDADE E A LÓGICA DA PADRONIZAÇÃO

LIVING CURRICULUM OR MONITORED CURRICULUM? THE BNCC BETWEEN THE RHETORIC OF CREATIVITY AND THE LOGIC OF STANDARDIZATION

¿CURRÍCULO VIVO O CURRÍCULO VIGILADO? LA BNCC ENTRE LA RETÓRICA DE LA CREATIVIDAD Y LA LÓGICA DE LA ESTANDARIZACIÓN

Jair Gomes de Souza¹

Wedson Estevão do Nascimento²

RESUMO: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e 2018, consolidou-se como o principal instrumento de ordenamento curricular da educação básica brasileira, mobilizando em seu texto um vocabulário marcadamente emancipatório — protagonismo, criatividade, autonomia e projeto de vida — que coexiste, paradoxalmente, com uma arquitetura normativa de alta regulação, expressa na codificação compulsória de competências e habilidades, no alinhamento das avaliações em larga escala e na subordinação da formação docente à lógica prescritiva da Base. O artigo investiga essa contradição discursiva constitutiva, argumentando que ela não representa uma inconsistência acidental, mas uma operação estruturalmente necessária ao funcionamento da BNCC como dispositivo de regulação e controle curricular. Por meio de pesquisa qualitativa de natureza documental e bibliográfica, toma-se como corpus primário o texto da BNCC (2017/2018), analisado pela Análise de Conteúdo temático-categorial (BARDIN, 2016), em diálogo com a produção acadêmica crítica brasileira do período 2018-2025. O referencial teórico articula a teoria do discurso pedagógico de Basil Bernstein, a perspectiva de política curricular de Alice Casimiro Lopes e a crítica ao currículo como campo de poder de Michael W. Apple. Os resultados demonstram que a BNCC opera um processo de recontextualização discursiva pelo qual linguagens emancipatórias são capturadas e reinscritas a serviço da padronização e da performatividade, produzindo o que se nomeia como currículo vigiado com rosto humanista — suficientemente flexível no discurso para gerar adesão pedagógica, suficientemente rígido na estrutura para garantir controle. Conclui-se que a defesa do currículo como espaço genuíno de criação e movimento pressupõe o reconhecimento crítico dos mecanismos discursivos que operam sua captura.

Palavras-chave: Currículo crítico. BNCC. Autonomia docente. Padronização educacional. Discurso pedagógico.

¹ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE/UNIUBE/Bolsista Capes, Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino – SEDU/ES.

² Professor da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino – SEDU/ES.

ABSTRACT: The Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ratified in 2017 and 2018, has established itself as the primary instrument of curricular ordering in Brazilian basic education, mobilizing throughout its text a markedly emancipatory vocabulary — student agency, creativity, autonomy, and life projects — that coexists, paradoxically, with a highly regulatory normative architecture, expressed in the compulsory codification of competencies and skills, in the alignment of large-scale assessments, and in the subordination of teacher education to the prescriptive logic of the Framework. This article investigates this constitutive discursive contradiction, arguing that it does not represent an accidental inconsistency, but rather a structurally necessary operation for the functioning of the BNCC as a device of curricular regulation and control. Through qualitative research of a documentary and bibliographic nature, the primary corpus is the BNCC text (2017/2018), analyzed through thematic-categorical Content Analysis (BARDIN, 2016), in dialogue with Brazilian critical academic production from the period 2018–2025. The theoretical framework articulates Basil Bernstein's theory of pedagogic discourse, Alice Casimiro Lopes's perspective on curriculum policy, and Michael W. Apple's critique of curriculum as a field of power. The findings demonstrate that the BNCC operates a process of discursive recontextualization through which emancipatory languages are captured and reinscribed in service of standardization and performativity, producing what is here termed a monitored curriculum with a humanist face — sufficiently flexible in discourse to generate pedagogical adherence, sufficiently rigid in structure to ensure control. It is concluded that the defense of curriculum as a genuine space of creation and movement presupposes the critical recognition of the discursive mechanisms that operate its capture.

Keywords: Critical curriculum. BNCC. Teacher autonomy. Educational standardization. Pedagogic discourse.

2

RESUMEN: La *Base Nacional Común Curricular* (BNCC), homologada en 2017 y 2018, se ha consolidado como el principal instrumento de ordenamiento curricular de la educación básica brasileña, movilizándolo en su texto un vocabulario marcadamente emancipatorio — protagonismo, creatividad, autonomía y proyecto de vida — que coexiste, paradójicamente, con una arquitectura normativa de alta regulación, expresada en la codificación obligatoria de competencias y habilidades, en la alineación de las evaluaciones a gran escala y en la subordinación de la formación docente a la lógica prescriptiva de la Base. El artículo investiga esta contradicción discursiva constitutiva, argumentando que no representa una inconsistencia accidental, sino una operación estructuralmente necesaria para el funcionamiento de la BNCC como dispositivo de regulación y control curricular. Mediante una investigación cualitativa de naturaleza documental y bibliográfica, se toma como corpus primario el texto de la BNCC (2017/2018), analizado a través del Análisis de Contenido temático-categorial (BARDIN, 2016), en diálogo con la producción académica crítica brasileña del período 2018-2025. El marco teórico articula la teoría del discurso pedagógico de Basil Bernstein, la perspectiva de política curricular de Alice Casimiro Lopes y la crítica al currículo como campo de poder de Michael W. Apple. Los resultados demuestran que la BNCC opera un proceso de recontextualización discursiva mediante el cual los lenguajes emancipatorios son capturados y reinscritos al servicio de la estandarización y la performatividad, produciendo lo que se denomina un *currículo vigilado con rostro humanista* — suficientemente flexible en el discurso para generar adhesión pedagógica, suficientemente rígido en la estructura para garantizar el control. Se concluye que la defensa del currículo como espacio genuino de creación y movimiento presupone el reconocimiento crítico de los mecanismos discursivos que operan su captura.

Palabras clave: Currículo crítico. BNCC. Autonomía docente. Estandarización educativa. Discurso pedagógico.

INTRODUÇÃO

Em um momento em que os sistemas educacionais ao redor do mundo intensificam os mecanismos de controle sobre o que se ensina, como se ensina e como se avalia, o Brasil consolidou, entre 2017 e 2018, seu mais ambicioso instrumento de ordenamento curricular: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Homologada em duas etapas — a primeira abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, a segunda o Ensino Médio —, a BNCC se impôs como referência obrigatória para a reelaboração dos currículos de todos os sistemas e redes de ensino do país, públicos e privados, reorganizando simultaneamente a formação docente, os materiais didáticos e as matrizes das avaliações em larga escala. Sua chegada não foi silenciosa: gerou um dos debates mais intensos da história recente da educação brasileira, mobilizando entidades científicas, movimentos sociais, gestores, professores e pesquisadores em torno de disputas que, no fundo, são disputas sobre um projeto de sociedade.

O que chama a atenção, no entanto, não é apenas a magnitude política do documento, mas a complexidade de sua arquitetura discursiva. A BNCC não fala a linguagem do controle. Fala, ao contrário, a linguagem da liberdade. Seu texto é atravessado por um vocabulário marcadamente contemporâneo e aparentemente progressista: protagonismo estudantil, criatividade, autonomia, projeto de vida, pensamento crítico, empatia, flexibilidade, competências socioemocionais. Lido em sua superfície retórica, o documento parece responder às demandas de uma educação humanizadora, centrada no sujeito e respeitosa da diversidade. Trata-se de um currículo que, segundo seu próprio texto, pretende formar sujeitos capazes de se autodeterminar, de criar, de pensar criticamente e de construir seus próprios percursos de vida.

Há, contudo, uma tensão que o documento não nomeia e que a presente investigação se propõe a analisar. Simultaneamente a esse léxico emancipatório, a BNCC prescreve dez competências gerais de cumprimento nacional compulsório, codifica centenas de habilidades identificadas por descritores alfanuméricos, alinha as matrizes do SAEB e do ENEM à sua estrutura normativa e subordina a formação docente — por meio da BNC-Formação — à mesma lógica de competências que ela mesma define. O resultado é um documento que proclama autonomia enquanto constrói prescrição; que convoca a criatividade enquanto codifica cada habilidade esperada; que fala em protagonismo enquanto retira progressivamente dos professores os espaços de criação curricular contextualizada. Essa contradição não é periférica — é constitutiva. E é ela que define o problema central deste trabalho.

Diante desse quadro, formula-se a seguinte questão norteadora: de que modo a BNCC mobiliza um léxico emancipatório para legitimar e naturalizar uma estrutura curricular de alta

regulação e controle, e quais são os efeitos dessa contradição discursiva sobre a autonomia docente e os espaços genuínos de criação curricular?

A pertinência da questão se confirma quando se examina o estado do conhecimento sobre o tema. A produção acadêmica brasileira crítica à BNCC, intensificada a partir de 2018, avançou em frentes importantes: a denúncia do caráter antidemocrático de seu processo de elaboração (AGUIAR; DOURADO, 2018); a análise de seus vínculos com a racionalidade neoliberal e com agentes privados (BARCELLOS JÚNIOR et al., 2025); a crítica à pedagogia das competências como esvaziamento epistemológico (MACEDO, 2019; MALANCHEN; ZANK, 2020); e os impactos sobre a formação e a profissionalização docente (ASSIS et al., 2026; RODRIGUES; PEREIRA; MOHR, 2021). Esses estudos constituem referências centrais do trabalho e interlocutores de primeira ordem na construção do argumento.

O que ainda permanece sub-analisado — e que configura a lacuna que o artigo se propõe a preencher — é a operação discursiva interna ao documento: o mecanismo pelo qual a BNCC captura linguagens historicamente associadas a perspectivas críticas e humanizadoras da educação e as reinscreve a serviço de uma lógica de padronização, controle e performatividade. Não se trata apenas de denunciar que a BNCC controla — isso a literatura já demonstrou com consistência. Trata-se de compreender como ela precisa falar em liberdade para fazê-lo, e o que essa necessidade revela sobre as disputas de poder no campo curricular brasileiro contemporâneo.

O objetivo geral do trabalho é analisar a contradição discursiva constitutiva da BNCC, demonstrando como seu léxico emancipatório coexiste com uma arquitetura normativa e avaliativa de alta regulação que restringe a autonomia docente e subordina o currículo à lógica da padronização e da performatividade. Os objetivos específicos são: (i) mapear, no texto da BNCC, os campos semânticos que compõem sua retórica emancipatória; (ii) examinar, à luz da teoria do discurso pedagógico de Basil Bernstein, os mecanismos de recontextualização pelos quais o documento captura linguagens de autonomia e as reinscreve em uma lógica de controle; (iii) analisar, a partir de Alice Casimiro Lopes, como a BNCC opera a hegemonização de uma determinada concepção de currículo, silenciando alternativas pedagógicas e contextuais; (iv) discutir, com base em Michael W. Apple, as relações entre padronização curricular e controle do trabalho docente; e (v) problematizar a tensão entre o currículo vivo — produzido na prática docente criativa e contextualmente situada — e o currículo vigiado — submetido ao monitoramento das avaliações externas alinhadas à BNCC —, identificando os limites e as possibilidades de criação curricular no interior dessa contradição.

O percurso metodológico adotado é de natureza qualitativa, articulando pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. O procedimento analítico é a Análise de Conteúdo temático-categorial (BARDIN, 2016), orientada pelo referencial teórico que articula Bernstein, Lopes e Apple. O argumento central que atravessa todas as seções é o de que a BNCC configura um currículo vigiado com rosto humanista — suficientemente flexível no discurso para produzir adesão pedagógica, suficientemente rígido na estrutura para garantir controle —, e que a defesa do currículo como espaço genuíno de criação e movimento pressupõe o reconhecimento crítico dos mecanismos discursivos que operam sua captura.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico. Na segunda, descreve-se o percurso metodológico. Na terceira, desenvolve-se a análise da contradição discursiva da BNCC. Na quarta, discutem-se os resultados.

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza e Abordagem da Pesquisa

A pesquisa se insere no paradigma qualitativo de investigação científica, entendido não como simples ausência de dados numéricos, mas como uma opção epistemológica que privilegia a compreensão dos significados, sentidos e relações de poder inscritos nos discursos e documentos que constituem o campo educacional. Conforme Minayo (2008, p. 21), a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. É exatamente nesse universo que se situa o objeto desta investigação: a contradição discursiva constitutiva da BNCC, que se manifesta no plano da linguagem, dos sentidos produzidos e das relações de poder que esses sentidos sustentam.

Quanto aos seus fins, a pesquisa se caracteriza como explicativa, na medida em que não se limita a descrever a contradição entre o léxico emancipatório e a arquitetura normativa da BNCC, mas busca compreender os mecanismos discursivos que a produzem, sustentam e naturalizam. Conforme Gil (2017), a pesquisa explicativa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade para além de suas aparências. A opção explicativa se justifica pela própria natureza do problema investigado: trata-se de uma contradição que, por ser estruturalmente necessária ao funcionamento do documento, não se revela à leitura superficial — exige análise teoricamente orientada para ser nomeada e compreendida em sua profundidade.

2.2 Modalidades de Pesquisa: Documental e Bibliográfica

O desenho metodológico articula duas modalidades de pesquisa complementares e indissociáveis: a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica, que operam em planos distintos, mas convergentes na construção do argumento analítico.

A pesquisa documental tem como corpus primário o texto da Base Nacional Comum Curricular em suas duas versões homologadas: a que abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, homologada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e a que incorpora o Ensino Médio, homologada pela Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. O documento é tomado não como fonte neutra de informações sobre o currículo prescrito, mas como artefato discursivo — um texto que, ao mesmo tempo em que descreve uma política, a produz, legitima e naturaliza. Essa compreensão alinha-se à perspectiva de Cellard (2008, p. 295), para quem o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, preservando formas de comunicação e tornando possível o exame de relações de poder que de outro modo permaneceriam opacas.

A pesquisa bibliográfica constitui o corpus secundário da investigação, composto pela produção acadêmica crítica brasileira sobre a BNCC, o currículo e a autonomia docente, publicada entre 2018 e 2025. O levantamento foi realizado nas bases de dados SciELO, CAPES Periódicos e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com os descritores BNCC, currículo crítico, autonomia docente, padronização curricular e discurso pedagógico, isolados e em combinação. Foram priorizados artigos em periódicos Qualis A1 a B2, teses e dissertações de programas CAPES com conceito igual ou superior a 4, e capítulos de livros de autores de reconhecida produção no campo.

2.3 Critérios de Constituição do Corpus

Para o corpus primário, adotou-se o critério de integralidade documental: o texto da BNCC foi tomado em sua versão completa e oficial, disponibilizada pelo Ministério da Educação, sem recortes prévios por etapa ou componente curricular. A contradição discursiva investigada atravessa a arquitetura global do documento — da Apresentação às competências gerais, das áreas do conhecimento aos componentes curriculares específicos — o que justifica a opção pelo texto integral.

Para o corpus secundário, adotaram-se quatro critérios de inclusão: (i) pertinência temática direta ao objeto; (ii) publicação entre 2018 e 2025; (iii) autoria de pesquisadores brasileiros ou com inserção institucional no Brasil; e (iv) publicação em veículos de circulação

acadêmica reconhecida. Como critério de exclusão, descartaram-se produções de caráter exclusivamente prescritivo ou técnico-operacional, por não dialogarem com o problema de pesquisa proposto.

2.4 Procedimento Analítico: Análise de Conteúdo Temático-Categorial

O procedimento analítico central é a Análise de Conteúdo na perspectiva de Laurence Bardin (2016), operacionalizada em sua modalidade temático-categorial. A escolha se justifica pela reconhecida adequação do procedimento à análise de documentos oficiais de política educacional, por permitir tanto a identificação sistemática de recorrências discursivas quanto a interpretação de seus sentidos latentes.

Conforme Bardin (2016, p. 44), a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, visando obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

O processo analítico desenvolveu-se em três fases. A pré-análise compreendeu a leitura flutuante do texto integral da BNCC, a constituição do material e a formulação de hipóteses interpretativas preliminares. A exploração do material constituiu o núcleo operacional: procedeu-se à codificação do corpus e à categorização temática em dois campos semânticos contrastantes — o Campo Semântico Emancipatório, reunindo termos como protagonismo, criatividade, autonomia, projeto de vida e competências socioemocionais, e o Campo Semântico Normativo, reunindo as competências gerais obrigatórias, os descritores alfanuméricos de habilidades, as referências avaliativas e os enunciados de monitoramento. O tratamento e a interpretação consistiram no confronto sistemático das categorias com o referencial teórico tripartite — Bernstein, Lopes e Apple.

7

2.5 Limitações Metodológicas

A análise centrada no texto oficial da BNCC permite identificar a contradição discursiva no plano do currículo prescrito, mas não alcança o plano do currículo em ação. Os modos pelos quais professores e estudantes negociam, ressignificam ou resistem às prescrições da Base em seus cotidianos escolares exigiriam metodologia de campo — entrevistas, observações, grupos focais — que ultrapassa o escopo do trabalho, mas que se configura como desdobramento investigativo necessário.

A seletividade inerente à pesquisa bibliográfica constitui a segunda limitação: a produção acadêmica sobre a BNCC é vasta e crescente, e a seleção realizada, por mais criteriosamente conduzida que seja, não esgota o campo.

A terceira limitação é de ordem teórica. A articulação entre Bernstein, Lopes e Apple — tradições sociológicas estrutural, pós-estrutural discursiva e neomarxista crítica, respectivamente — implica a conciliação de perspectivas epistemológicas que não são inteiramente homogêneas. A articulação foi realizada de forma cuidadosa, buscando a complementaridade analítica e evitando contradições irreconciliáveis, com a consciência de que outras combinações teóricas produziram leituras igualmente legítimas, ainda que distintas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O Campo Semântico Emancipatório da BNCC: mapeamento lexical

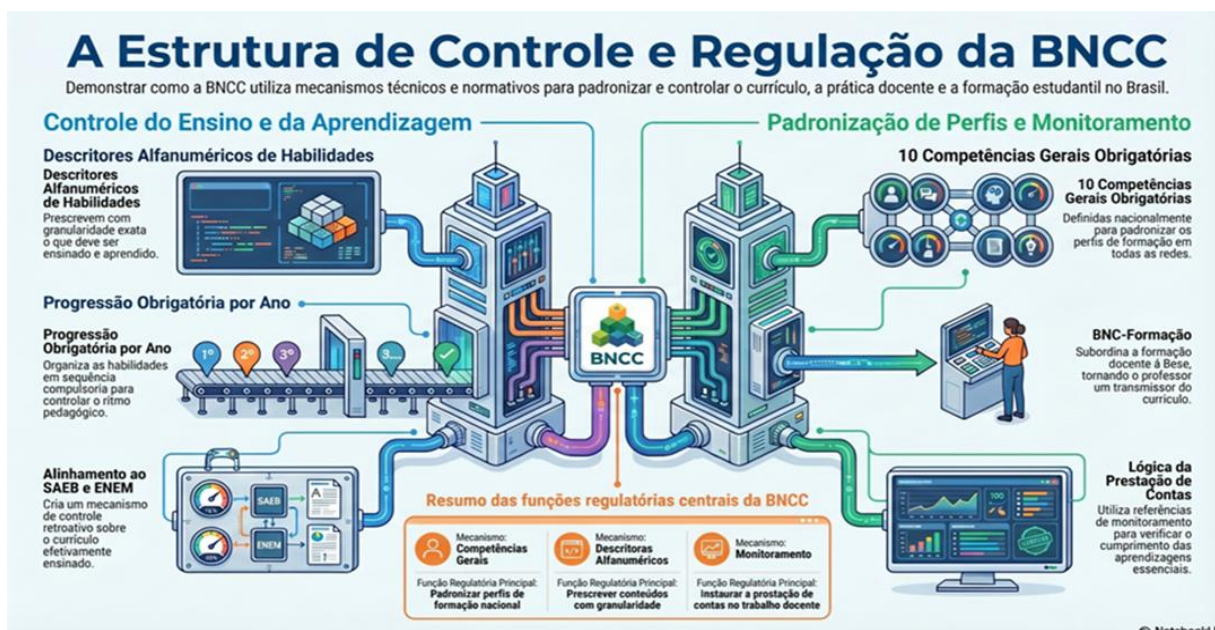
A exploração do corpus primário — o texto integral da BNCC (2017/2018) — permitiu identificar a densa presença de um campo semântico emancipatório que atravessa o documento de forma transversal, desde sua Apresentação até os componentes curriculares específicos. O Quadro 1 apresenta os termos de maior recorrência, organizados por frequência e localização. O campo semântico emancipatório não se concentra em seções periféricas ou introdutórias — está inscrito nas Competências Gerais, que têm caráter de cumprimento nacional obrigatório, e distribui-se transversalmente por todas as etapas e áreas do conhecimento. Trata-se de uma presença estrutural, não ornamental.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto da BNCC (BRASIL, 2017/2018).

3.2 O Campo Semântico Normativo da BNCC: mapeamento da arquitetura de controle

Em contraposição ao campo emancipatório, a análise identificou um igualmente denso campo semântico normativo, constituído pelos mecanismos linguísticos e estruturais pelos quais o documento opera a prescrição, a codificação e o controle do currículo. O Quadro 2 sistematiza os principais elementos desse campo.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no texto da BNCC (BRASIL, 2017/2018).

3.3 A Contradição Discursiva: distribuição estrutural no documento

A análise da distribuição dos dois campos semânticos ao longo do texto da BNCC revelou um padrão estrutural consistente e recorrente: o campo emancipatório predomina nos enunciados de abertura, apresentação e fundamentação — seções de maior visibilidade pública e de maior circulação entre professores, gestores e mídia —, enquanto o campo normativo se instala progressivamente nos enunciados operacionais: competências numeradas, habilidades codificadas, orientações de progressão e referências avaliativas. Essa distribuição não é aleatória. Ela obedece a uma lógica discursiva precisa: a retórica emancipatória funciona como moldura legitimadora que enquadra e naturaliza o conteúdo normativo que se segue.

O resultado é que o professor que leia apenas a Apresentação e os fundamentos da BNCC encontrará um documento que parece falar a língua da autonomia, da criatividade e do protagonismo. O que leia o documento em sua integralidade operacional — competências, habilidades, progressões — encontrará um regime prescritivo de alta densidade regulatória. Essa assimetria de leitura não é acidental: é estruturalmente produzida pelo próprio texto.

3.4 Bernstein e a Recontextualização: quando a liberdade vira controle

Os achados da análise de conteúdo ganham plena inteligibilidade teórica quando confrontados com as categorias de Basil Bernstein sobre o discurso pedagógico. Para Bernstein (1996), todo discurso pedagógico é fundamentalmente um discurso de recontextualização — um processo pelo qual textos produzidos em campos externos são deslocados de seus contextos originais de produção e reinscritos em uma lógica reguladora que transforma seu sentido original. O princípio recontextualizador não apenas seleciona e transmite discursos — ele os transforma ao realizá-los.

Os termos que compõem o campo semântico emancipatório da BNCC — protagonismo, criatividade, autonomia, competências socioemocionais — não são criações originais do documento. São conceitos produzidos em campos externos: nas pedagogias críticas, na psicologia humanista, nas teorias de aprendizagem significativa, nas discussões internacionais sobre educação integral. No texto da BNCC, esses discursos foram deslocados de seus contextos originais — onde carregavam potencial crítico e transformador — e reinscritos em uma arquitetura normativa que os subordina à lógica das competências avaliáveis e dos resultados mensuráveis.

Bernstein (1996) distingue ainda dois conceitos centrais para a análise do controle curricular: classificação e enquadramento. A classificação refere-se ao grau de isolamento entre os conteúdos curriculares — forte quando as fronteiras disciplinares são rígidas, fraca quando são permeáveis. O enquadramento refere-se ao controle sobre a seleção, sequência, ritmo e critérios de avaliação do conhecimento transmitido — forte quando o professor tem pouco controle, fraco quando tem mais autonomia pedagógica. A análise da BNCC à luz dessas categorias revela uma configuração de classificação forte e enquadramento forte: o documento define com precisão o quê deve ser ensinado em cada ano e componente, em que sequência e com quais expectativas de resultado. Paradoxalmente, esse enquadramento forte é linguisticamente apresentado como enquadramento fraco — a linguagem do protagonismo e da autonomia simula uma abertura que a estrutura normativa não sustenta.

10

3.5 Alice Casimiro Lopes e a Hegemonização do Currículo: o significativo vazio

Para Lopes (2018a; 2019), as políticas de currículo não são simplesmente documentos técnicos que prescrevem o que deve ser ensinado — são construções discursivas que produzem sentidos, articulam demandas heterogêneas e operam processos de hegemonização de determinadas concepções de educação, silenciando alternativas. Operando com a teoria do

discurso de Laclau e Mouffe, Lopes demonstra que as políticas curriculares funcionam por meio de significantes vazios — categorias discursivas suficientemente polissêmicas para articular demandas diversas e antagônicas sob uma aparente unidade de sentido.

O termo competência — conceito estruturante de toda a arquitetura da BNCC — opera como significativo vazio no sentido lopesiano: é simultaneamente reivindicado pelo discurso empresarial como preparação para o mercado de trabalho flexível, pelo discurso pedagógico progressista como aprendizagem significativa e contextualizada, e pelo discurso político como garantia de equidade e direito à aprendizagem. Essa polissemia não é uma fragilidade conceitual — é uma força política. Ao hegemonizar o significativo competência, a BNCC produz um aparente consenso que apaga as disputas reais sobre o currículo, tornando invisível o caráter historicamente situado e ideologicamente orientado do currículo prescrito.

Lopes (2025) aprofunda essa crítica argumentando que políticas curriculares centralizadoras como a BNCC reduzem a escola a um espaço de metas e evidências, ignorando as experiências singulares que nascem no cotidiano das salas de aula. O léxico emancipatório da BNCC não é apenas uma estratégia de legitimação política — é o mecanismo discursivo pelo qual o documento captura e neutraliza as próprias linguagens que poderiam ser usadas para questioná-lo.

Essa dimensão dialoga diretamente com os achados de Macedo (2019), que demonstrou como a lógica das competências na BNCC opera o que denomina como germe da comparação — a produção sistemática de parâmetros avaliativos que submetem o trabalho docente e o desempenho estudantil a métricas de performance externamente definidas. O que a presente análise acrescenta a essa perspectiva é a demonstração de que essa lógica comparativa se instala no documento justamente sob o vocabulário de sua negação: a BNCC fala em projeto de vida singular enquanto constrói os instrumentos de sua mensuração padronizada.

3.6 Apple e o Currículo como Campo de Poder: a padronização como controle do trabalho docente

Para Apple (2006), o currículo nunca é um conjunto neutro de conhecimentos — é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. A padronização curricular não é uma resposta técnica à necessidade de equidade — é um mecanismo político de controle que opera em duas direções simultâneas: sobre o que se ensina e sobre quem ensina.

A prescrição das habilidades codificadas retira do professor a autonomia sobre a seleção e a sequência dos conteúdos. O alinhamento das avaliações externas à estrutura da Base cria

uma pressão retroativa que disciplina o currículo praticado. A subordinação da formação docente à BNC-Formação padroniza o perfil profissional esperado, orientando-o para a transmissão eficiente das competências definidas pela Base. Juntas, essas engrenagens produzem o currículo vigiado — um currículo que, mesmo quando praticado por professores criativos e comprometidos, opera sob o peso permanente de uma estrutura de monitoramento que o orienta para a performatividade e a prestação de contas.

Esse achado confirma os resultados de Rodrigues, Pereira e Mohr (2021), que demonstraram como as políticas de formação docente articuladas à BNCC operam um reducionismo epistêmico e político que contraria os princípios de uma educação emancipadora. Confirma também os achados de Soares e Mello (2024), que identificaram na lógica das competências da BNCC uma perspectiva de inovação pedagógica de viés tecnológico e regulatório — uma inovação que, paradoxalmente, aprofunda os mecanismos de controle sobre o trabalho docente.

O ponto de maior densidade analítica emerge do cruzamento entre as três perspectivas teóricas. O que Bernstein explica como recontextualização, Lopes nomeia como hegemonização e Apple denuncia como controle são três dimensões de um único e coerente mecanismo discursivo: a BNCC opera a captura emancipatória — um processo pelo qual as linguagens da liberdade são mobilizadas para legitimar, naturalizar e tornar palatável uma estrutura de controle que, enunciada diretamente, encontraria resistência.

3.7 O Currículo Vivo e os Interstícios da Criação

Os achados analíticos não conduzem a uma conclusão de determinismo absoluto. A literatura examinada oferece evidências consistentes de que o currículo vivo — aquele produzido no cotidiano das escolas, nas decisões pedagógicas singulares dos professores, nas negociações entre o prescrito e o possível — não é eliminado pelo currículo vigiado, mas sobrevive em seus interstícios. Carvalho (2019) demonstra que o cotidiano escolar produz currículo para além do que é posto como competência e habilidade pelas políticas avaliativas. Frangella et al. (2024) evidenciam que há vida e produção curricular que perpassa a escola para além das prescrições normativas.

A existência de espaços de criação nos interstícios do currículo vigiado não invalida a análise da contradição discursiva da BNCC — ao contrário, a torna mais urgente. Se a criação curricular existe apesar da BNCC, e não por causa dela, então a retórica emancipatória do documento é ainda mais problemática: ela não apenas descreve inadequadamente a realidade

que produz, mas captura a linguagem por meio da qual essa realidade poderia ser criticamente transformada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo partiu de uma constatação analiticamente densa: a Base Nacional Comum Curricular fala a linguagem da liberdade enquanto constrói os instrumentos do controle. A hipótese central — de que essa contradição não é acidental, mas uma operação discursiva estruturalmente necessária ao funcionamento do documento como dispositivo de regulação curricular — foi confirmada e aprofundada pela análise.

A Análise de Conteúdo temático-categorial do texto da BNCC demonstrou que o documento opera em dois registros discursivos interdependentes: um registro emancipatório, que mobiliza os vocabulários do protagonismo, da criatividade, da autonomia e do projeto de vida para produzir adesão pedagógica e legitimidade social; e um registro normativo, que codifica competências e habilidades, alinha avaliações externas e subordina a formação docente para garantir o controle curricular em escala nacional. A coexistência desses dois registros produz eficácia política — não contradição lógica. Um currículo abertamente controlador seria pedagogicamente inaceitável; um currículo abertamente emancipatório seria inútil aos propósitos de padronização e avaliação em larga escala que a BNCC serve. A solução encontrada pelo documento é articular os dois registros: falar em liberdade para poder controlar.

13

O mecanismo que o artigo nomeia como captura emancipatória constitui a contribuição analítica central ao campo do currículo. Trata-se de um processo discursivo pelo qual as próprias ferramentas conceituais da crítica pedagógica são neutralizadas ao serem incorporadas ao documento que deveriam questionar. Ao hegemonizar os significantes da autonomia e da criatividade, a BNCC não apenas naturaliza sua lógica prescritiva — ela enfraquece a capacidade da crítica de nomeá-la, porque a linguagem disponível para a contestação já foi capturada pelo objeto da contestação.

As três perspectivas teóricas mobilizadas iluminam dimensões complementares desse mecanismo. A teoria bernsteiana da recontextualização identificou o processo pelo qual discursos produzidos em campos externos — pedagogias críticas, psicologia humanista, teorias de competências socioemocionais — foram deslocados de seus contextos originais, tiveram seu potencial contestatório neutralizado e foram reinscritos a serviço de uma lógica reguladora. A perspectiva lopesiana revelou a dimensão política da captura: ao hegemonizar o significante competência, a BNCC produz um consenso aparente que apaga as disputas reais sobre o

currículo e torna suas escolhas políticas invisíveis como escolhas. Apple, por sua vez, situou os achados no quadro mais amplo do controle do trabalho docente — demonstrando que a padronização curricular opera uma progressiva separação entre a concepção e a execução pedagógica que reconfigura a identidade profissional dos professores. O que os três teóricos explicam por ângulos distintos é um único mecanismo: quanto mais a BNCC fala em protagonismo e criatividade, mais eficazmente opera a padronização e a vigilância curricular.

Importa, contudo, que essas conclusões não sejam lidas como determinismo pessimista. O currículo vivo — produzido no cotidiano das escolas, nas negociações criativas entre o prescrito e o possível — não desapareceu com a implementação da Base. Ele persiste nos interstícios que o dispositivo não alcança. A criação curricular sobrevive — mas o faz como resistência, e não como política. Enquanto depender da resistência individual de professores conscientes, em vez de ser garantida por políticas curriculares que a valorizem estruturalmente, ela permanecerá frágil e vulnerável às pressões do currículo vigiado.

O diálogo com o dossiê "Além da reprodução: o currículo como espaço de criação e movimento" adquire, nesse ponto, sua dimensão mais produtiva. Não é possível construir políticas curriculares genuinamente criativas sem antes se compreender com rigor os dispositivos discursivos que capturam a criatividade e a convertem em retórica de controle. O artigo oferece essa análise como contribuição ao campo — não como denúncia paralisante, mas como diagnóstico que habilita a ação.

14

O percurso investigativo abre ao menos três desdobramentos que configuram agenda de pesquisa. O primeiro diz respeito à dimensão empírica direta: como os professores, na concretude de seu cotidiano escolar, percebem, negociam ou resistem ao mecanismo de captura emancipatória? O segundo é comparativo: a captura emancipatória identificada na BNCC não é um fenômeno exclusivamente brasileiro — uma investigação comparada com documentos curriculares de outros países da América Latina e da lusofonia permitiria identificar suas regularidades e especificidades em contextos distintos. O terceiro é propositivo: que arranjos curriculares, que concepções de avaliação e que formas de formação docente seriam compatíveis com um currículo que fosse, de fato, espaço de criação e movimento? São as perguntas que um campo que se propõe a ir além da reprodução precisa ter a coragem de formular.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. Disponível em:

<https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>.
Acesso em: 10 jan. 2025.

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSIS, Thayse Lacerda; DUARTE, Fernanda Alves de Araújo; GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira; MACHADO, Célia Tanajura. BNCC e BNC-Formação: efeitos na profissionalização docente. ETD — Educação Temática Digital, Campinas, v. 28, n. 00, p. e026019, 2026. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v28i00.8677266>.

BARCELLOS JÚNIOR, W. et al. Tecnificação curricular e BNCC: a atuação de agências e editoras privadas na padronização da formação de professores e os limites para uma educação emancipatória. ARACÊ, v. 7, n. 8, p. e7667, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n8-284>.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: ensino médio. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 5 jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2017. Seção 1, p. 41-44.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2018. Seção 1, p. 120-121.

CARVALHO, Janete Magalhães. O cotidiano escolar como comunidade de afetos. ETD — Educação Temática Digital, Campinas, v. 21, n. 1, p. 47-62, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v21i1.8650819>.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; BERNARDO, Gertrudes Angélica Vargas; LOPES, Amanda de Oliveira. Educação infantil pós-BNCC e a produção do neossujeito docente em documentos curriculares municipais. Debates em Educação, Maceió, v. 13, n. 33, p. 33-57, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13n33p33-57>.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os impactos nas políticas de regulação e avaliação da educação superior. In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018. p. 34-40.

Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 12, n. 5, maio. 2026.

FRANGELLA, Rita de Cássia et al. Educação, avaliação e performatividade: efeitos nos currículos, cotidianos e subjetividades docentes. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2024v17n1.69518>.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Edilane Rodrigues Sousa de; SILVA, Francisca Natália da; SOUSA, Karla Janaína Pereira de. Políticas de currículo e signifiXação de qualidade: discursos e contextos de mobilização da BNCC. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades — Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 4, p. e47303, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v.4.7303>.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018a. p. 23-27.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas de currículo em um enfoque discursivo: notas de pesquisa. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza Martins de; OLIVEIRA, Gustavo Gilson de (org.). *A teoria do discurso na pesquisa em educação*. Recife: Editora da UFPE, 2018b. p. 133-167.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 59-75, jan./mai. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.963>.

LOPES, Alice Casimiro. Currículo em tempos de pós-verdade. In: LINHARES, Bianca; MENDONÇA, Daniel de (org.). *Novas reflexões sobre as democracias do nosso tempo*. São Paulo: Intermeios, 2023. p. 143-160.

LOPES, Alice Casimiro. Ensino médio: criando um projeto moral para gerenciar o futuro dos jovens. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 54, p. e10857, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053146166>.

LOPES, Alice Casimiro. *Por um currículo sem fundamentos*. São Paulo: Cortez, 2025.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. *Roteiro*, Joaçaba, v. 46, e21081, jan./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v46i.21081>.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015.

MACEDO, Elizabeth. "A base é a base". E o currículo o que é? In: AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (org.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas*. Recife: ANPAE, 2018. p. 28-33.

MACEDO, Elizabeth. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 39-58, jan./mai. 2019.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 1-24, mai./ago. 2010.

MALANCHEN, Julia; ZANK, Débora Cristina Teles. A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e o retorno da pedagogia das competências: uma análise baseada na pedagogia histórico-crítica. In: MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José (org.). A pedagogia histórico-crítica, as políticas e a Base Nacional Comum Curricular. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 121-148.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. II. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

RODRIGUES, Luana Zanotto; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. Recentes imposições à formação de professores e seus falsos pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para controle e padronização da docência. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. e35583, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2021u/35583>.

SANTOS, Solange Mary Moreira et al. BNC-Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 104, n. 267, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.104i267.5281>.

SILVA, Mônica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, p. e214130, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214130>.

SOARES, Paulo Guilherme; MELLO, Elena Maria Billig. A BNCC das competências e a perspectiva de inovação pedagógica de viés tecnológico e regulatório: caminhos para resistência. Educação, Santa Maria, v. 49, n. 1, p. e113/1-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644468694>.